

# A EDUCAKURZ E O GRUPO KRISIS : O FIM DA SOCIEDADE DO TRABALHO E DE SUA EMANCIPAÇÃO <sup>1</sup>

Paulo Henrique de Queiroz Nogueira<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo expõe as postulações teóricas do grupo Krisis e de Roberto Kurz, dois pensamentos expoentes do pensamento contemporâneo que advogam o fim do Trabalho. Reafirma, também, a centralidade do ato laborativo e seu caráter modelar para com a sociabilidade, tendo como pano de fundo a compreensão marxiana do trabalho.

## RÉSUMÉ

Cet article expose les postulations théoriques du groupe Krisis et de Robert Kurz deux noms importants de la pensée contemporaine qui postulent la fin du travail. Il réaffirme aussi le centralisme de l'acte de travail et son caractère paradigmatique à l'égard de la sociabilité, tout en ayant comme arrière-plan la compréhension marxienne du travail.

---

<sup>1</sup> Este texto é uma seção de um dos capítulos da Dissertação de Mestrado em Educação na UFMG: "A Centralidade Formativa do Trabalho Frente às Alterações na Pedagogia do Capital", na área Trabalho-Educação, sob a orientação da Prof. Dra. Eloísa Helena Santos, defendida em outubro de 2000.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela UFMG, professor da Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, professor da rede municipal de educação da cidade de Belo Horizonte.

É consenso a constatação de que a sociedade capitalista, nas últimas décadas do século XX, passa por alterações significativas que se expressam nas mudanças de regulação da contratação da força de trabalho, na diminuição dos postos de trabalhos, nas novas exigências de qualificação profissional, no redimensionamento da economia produtiva e no vertiginoso crescimento planetário do Capital. Esse conjunto de fenômenos, somado ao fim das sociedades do leste europeu e de suas experiências socialistas, é analisado por um número significativo de autores que buscam compreender o que se passa com o capitalismo no final do século e qual a atualidade das proposições marxianas – inflexão analítica em sua articulação com as vias possíveis de superação do capital pelo trabalho.

As posições são as mais variadas e ocorrem tanto no interior do debate acadêmico, quanto na diversidade das práticas políticas e sociais que buscam compreender e intervir no tecido social. E é natural que questões de tamanha importância e significado ultrapassem os muros restritos das universidades e órgãos de classe e que ganhem as páginas dos jornais e revistas.

Alguns desses debatedores e agitadores culturais são KURZ e o GRUPO KRISIS do qual participa.

KURZ, em recente visita ao Brasil, reitera suas teses defendidas de forma mais sistemática no vertiginoso livro *O Colapso da Modernidade* e nos artigos publicados periodicamente na imprensa brasileira, a de que a sociedade capitalista encontra-se em via de extinção e, em seu interior, a sociedade organizada em torno ao trabalho. Em entrevista recém publicada o autor, ao se referir à atual quebra financeira das empresas participantes da nova economia virtual, as ponto.com, afirma:

Marx associava o capitalismo à existência da força de trabalho humana. A Internet, nesse sentido, é um sinal do próprio final desse sistema. As tendências das novas tecnologias confirmam a teoria do grupo Krisis de que a produção de riqueza torna-se desvinculada da aplicação da força de trabalho humana. Fica cada vez mais difícil reduzir o indivíduo à condição de “força de trabalho”. Esta redução, porém, é a essência do capitalismo. Por isso, ele não poderá, a longo prazo, deleitar-se com as novas tecnologias de comunicação. (MADUREIRA, 2000:3)

Nessa citação, que fecha a referida entrevista, o autor aponta, em sua aproximação conceitual com o grupo Krisis, o acerto analítico do fim da sociedade do trabalho como uma variável da própria instabilidade e lógica de funcionamento da sociedade capitalista. Essa afirmação se dá quando se

verifica a falência das empresas que atuam no segmento ponto.com e o arrefecimento do ânimo dos que compartilhavam uma visão de prosperidade impulsionada pelos negócios virtuais. Ou seja, KURZ extrai desse ajuste da economia a conclusão de que a sociedade capitalista encontra-se em uma crise passível de levá-la à extinção. Mas que, ao contrário das teses marxianas, não é uma manifestação da forma capitalista de extração do valor-trabalho e, sim, uma crise do próprio trabalho e de sua existência como força produtiva.

Para discutirmos esse aspecto partiremos do livro *O Colapso da Modernidade* (KURZ, 1993) e do recentemente lançado *Manifesto contra o trabalho* (GRUPO KRISIS, 1999), obras que expressam uma posição à esquerda do capital, pois buscam apontar uma possível superação de sua ordem societária. Esses autores representam, emblematicamente, uma posição de crítica ao capital e advogam a sua superação com a criação de uma sociedade emancipada de suas agrupas. Porém, como afirma ANTUNES, essa posição, assumida por KURZ em seu livro, é por demais problemática, apesar do vigor e ousadia.

Podemos iniciar dizendo que estamos diante de um livro de fortíssimo impacto. Parece-nos difícil resenhá-lo à medida que ele é, por um lado, altamente convincente, vigoroso, ousado, explosivo, denso, analítico, contestador e, por outro lado, problemático, por vezes, impressionista, quase jornalístico e em alguns momentos insuficiente. Mas, a sua dimensão primeira, de alta positividade, é muito superior à segunda. O que o torna um livro *privilegiado*, como poucos nesta época de conformismo e resignação quase absolutos, de encantamento com os valores do mercado, do capital, da produtividade, da institucionalidade, da ordem, das *indeterminações*, dos *estranhamentos*, das fetichizações, do fim da história e de tantas outras manifestações da *irratio* dominante. (ANTUNES, 1995:105)

A partir do fim dos Estados comunistas do Leste Europeu e do socialismo real, KURZ afirma a existência da crise não da via socialista, mas da sociedade do capital e de sua viabilidade. Ou seja, para KURZ, o desmoronamento do socialismo real é um episódio dentro da crise mais geral do sistema capitalista. Para ele, a crise do sistema capitalista teria se iniciado, na década de oitenta, nos países inadimplentes do Terceiro Mundo e se propagado para os países do “socialismo de caserna” e penetrado no coração do países capitalistas centrais.

“A questão é, portanto, se não foi na verdade deflagrada (...) com a crise particular do sistema perdedor (socialismo), uma crise global que também

ameaça o pretense ganhador e indica a existência de fundamentos comuns dos sistemas que poderiam servir de base para uma metacrítica". (KURZ, 1993:19)

Essa metacrítica visa buscar a raiz da crise e, ultrapassando os fenômenos subjacentes à queda do muro de Berlim e à emergência das políticas neoliberais, assenta sua teorização no entendimento de uma crise da economia de mercado, na qual a contradição fundante se efetiva entre o potencial técnico, que se amplia desmesuradamente, e a demanda, que se restringe ante a diminuição do poder de compra (KURZ, 1997a: 5).<sup>3</sup>

As sociedades capitalistas, moldadas pelo keynesianismo e pelo Estado do Bem-Estar Social, e as sociedades do socialismo real entram em crise pela emergência de um "capitalismo-cassino" que, autofagicamente, promove a volatilização de riqueza ao carrear, para a especulação, investimentos até então destinados à produção industrial. Com a restrição do consumo e a crise da superprodução, os investimentos migram para a sua forma mais flexível e predatória que é a circulação monetária. Essa nova ordem põe em cheque as duas organizações estatais existentes e que compunham, até então, as formas de regulação do mercado: o Estado social-democrático e o Estado soviético. Essas duas organizações naufragam ante o poder de fogo do capital.

Seguindo a esteira da crítica elaborada por ANTUNES (1995), podemos afirmar que KURZ postula uma argumentação sobre as peculiaridades do trabalho no mercado capitalista. Como o mercado encontrava-se, também, presente na ordem societária do socialismo soviético, as conclusões mais basilares são extensivas aos dois modelos de gestão do capital. Em um de seus artigos jornalísticos, KURZ caracteriza o trabalho sob dois pontos de vista:

De um lado, ele representa uma categoria filosófica, econômica e sociológica; de outro, ele é utilizado também com uma constância desconcertante no cotidiano de todos os homens. Este caráter peculiar do significado social de "trabalho" indica uma correlação universal do mundo moderno. Palavra alguma é, à primeira vista, mais cristalina e, à segunda vista, mais turva do que esta. (KURZ, 1997b)

No campo teórico, o termo trabalho encontra-se desgastado pelas mudanças ocorridas no campo social. Essas mudanças tornaram a categoria

---

<sup>3</sup> HUSSON (1996) critica KURZ por ele inferir a crise do processo de circulação de mercadorias, e não dar ênfase à extração do sobre-trabalho na composição da taxa de lucro.

trabalho imprópria para pensar o mundo.<sup>4</sup> KURZ refere-se, em grande medida, ao marxismo e à perspectiva de construção, através da emancipação social do trabalho reificado, de uma sociedade socialista. Para KURZ, Marx, ao advogar o fim da “exploração do homem pelo homem”, faz um elogio ao trabalho e ao trabalhador e empreende a construção de uma teoria que se enraíza na tradição liberal-cristã de defesa do trabalho. “O liberalismo e o marxismo herdaram do protestantismo e dos regimes absolutistas essa religião do ‘trabalho’ e aperfeiçoaram a sua secularização.” (KURZ, 1997b)

KURZ acredita que o marxismo, como teoria e prática política, erige-se tendo como fundamento os ideais de uma sociedade regida pelo trabalho. Para ele, o marxismo termina por formular uma religião secular, na qual o altar é erguido em torno ao deus-trabalho e a certeza cristã da redenção através do trabalho, promessa feita a Adão e Eva após a expulsão do paraíso terreno, efetivar-se-ia na sociedade comunista.

O raciocínio de KURZ leva-o a afirmar a similitude do marxismo e do liberalismo, que se igualam nessa promessa, variando, apenas, a tessitura social que garantiria ao trabalho a sua plena realização no socialismo de caserna ou no Estado do Bem-Estar Social, respectivamente a formação social mais acabada das inspirações marxistas e liberais. Sendo assim, o marxismo e o sujeito histórico da revolução, os trabalhadores, igualam-se, enquanto utopia social, a seus pretensos oponentes, que são a burguesia e os gestores do capitalismo. Essa caracterização do trabalho, entretanto, entra em crise na medida em que o trabalho não mais consegue corresponder, no interior da sociedade liberal, como em sua versão socialista, às promessas contidas em seu culto. Ou seja, o trabalho, em sua expressão cotidiana, investe-se de características contrárias a todas as possibilidades reais de emancipação.

KURZ aponta que as transformações ocorridas põem em cheque esse ordenamento liberal-cristão valorizado pelo marxismo, para o qual a ética do trabalho, a consciência acerca do exercício do trabalho e a ascese política para a superação dos entraves que impedem a auto-realização dos que trabalham conduziram a uma sociedade para além do capital e do estranhamento do mundo laboral. Como comprovação dessa caracterização impeditiva da emancipação do trabalho, KURZ se refere ao tempo livre nas

---

<sup>4</sup> Nesse sentido há uma aproximação de KURZ com OFFE (1989) que questiona a centralidade do trabalho como categoria explicativa da sociedade.

sociedades contemporâneas.<sup>5</sup> Esse tempo livre se torna escasso e condicionado pelo trabalho que o regula e o ordena. O tempo de diversão, o lazer, é prolongamento do trabalho e é influenciado por ele. Como exemplo, KURZ cita a indústria de diversão, a cultura, o esporte e a intimidade.

Paralelamente à circunscrição do tempo livre na esfera reificada do trabalho, insurge, em decorrência das inovações tecnológicas, o homem liberto do jugo do trabalho.

O princípio positivo do sofrimento não pode mais sustentar-se, pois o capitalismo começou a libertar o homem do 'trabalho'.

Desse modo, ele não desmente apenas a antropologia marxista, mas também sua própria antropologia. No futuro, a emancipação social não poderá mais fundar-se num conceito positivo de 'trabalho'. Não restará ao homem senão inverter o resultado do capitalismo e liberar-se do 'trabalho'. Este fim histórico do sofrimento não seria o fim da atividade humana em sua troca com a natureza, mas somente o da menoridade irrefletida. Por mais que os servos voluntários queiram inicialmente preservar a forma do sofrimento, esgotou-se o tempo do masoquismo histórico. (KURZ, 1997b:5)

Ou seja, a perspectiva marxiana de uma emancipação no trabalho encontra-se sentenciada à morte: liberta-se o trabalho humano concreto de sua forma abstrata que o dimensiona e mistifica. Deve-se, agora, pensar em uma libertação do trabalho como perspectiva reguladora e emancipatória do humano: liberta-se o homem do trabalho.

KURZ, em um outro texto comemorativo dos 150 anos da publicação do *Manifesto Comunista*, afirma a existência de dois Marx. O primeiro, do *Manifesto*, preocupa-se em assaltar o poder e revolucionar a ordem social com o intuito de promover a radicalização dos ideais liberais dos revolucionários franceses de 1789. O segundo, d'*O Capital*, é o analista social que busca compreender a sociedade nascente em seus desdobramentos histórico-sociais. Diante dessa caracterização, KURZ afirma a superação do primeiro pelo segundo. "A 'luta de classes' chegou ao fim e com ela o 'Manifesto Comunista' também perdeu sua força. A sua linguagem instigante petrificou-se em documento histórico. O texto tornou-se irreal, pois sua tarefa foi cumprida." (KURZ, 1998:3)

---

<sup>5</sup> PADILHA (2000) elabora, em sua dissertação de mestrado, um estudo dos equívocos do tempo livre na sociedade capitalista. A autora, utilizando-se das proposições marxianas e lukaesianas, investiga os limites presentes do exercício do tempo livre numa sociedade de classes e extremamente complexa entificada pela sociedade do capital.

A luta de classe não encontra mais sentido devido ao esgotamento do horizonte histórico em que ela foi advogada quando da publicação do Manifesto. O movimento operário cumpriu a tarefa histórica de regular o capitalismo, pois, ao conduzir suas lutas reivindicatórias, concorreu para o aprimoramento da ordem do capital: “elevação dos salários, redução da jornada de trabalho, liberdade de associação, sufrágio universal, intervenção estatal, política industrial e de mercado de trabalho etc.” (KURZ, 1998:3) Como o capitalismo não possui, atualmente, possibilidade de desenvolver-se, assim também o movimento operário esgotou as suas possibilidades de contestação. Ou seja, a crise do trabalho e a sua não centralidade para a emancipação humana é decorrência de sua perda de importância dentro da ordem do capital.

É necessário que se chegue à maioria e que o homem se liberte do jugo do trabalho e de seu sofrimento. A crença do ideal emancipatório do trabalho é decorrência de uma posição infantil, irrefletida. O trabalho continua a ser uma atividade a ser executada, mas não mais sob as antigas determinações marxianas.

KURZ chega a afirmar, em *O colapso da modernização*, a continuidade histórica do trabalho como modalidade afirmativa do homem:

A *sociedade do trabalho* como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas transcorridas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas de paraíso e o conto do país das maravilhas fantasiam uma sociedade sem trabalho. (KURZ, 1993: 26)

Entretanto, o trabalho é aqui apenas uma referência, distante daquela estabelecida por Marx. Prende-se à lógica da teoria da extração do valor sob a égide do trabalho abstrato que, mesmo frisando a dimensão positiva e insofismável do trabalho na constituição do ser social, acaba por atribuir ao trabalho concreto as mazelas da forma com que ele se efetiva na sociedade capitalista.

KURZ aponta uma perspectiva de organização social em que o trabalho não é o vetor emancipatório. Diz-nos:

“A saída para tal miséria pode ser formulada apenas em termos gerais; é imprescindível o desenvolvimento de atividades autônomas, comuns à sociedade, e formas de reprodução para além do mercado e do Estado. Para isso são necessárias tentativas práticas e uma nova moldura teórica interdisciplinar, no objetivo de transformar a crise histórica do sistema

produtor de mercadorias numa superação (Aufhebung) positiva. Quem não procura, não acha. A transformação do sistema não estará à disposição como uma oferta barata de supermercado". (KURZ, 1997c:25)

Como KURZ pleiteia que o mercado e o Estado são os promotores das mazelas sociais, uma sociedade alternativa à ordem do capital deve se pautar pela não ingerência dessas duas esferas. Sendo assim, a atividade que se exercerá nessa sociabilidade não reificada deve ser conduzida pelos interesses mais genuínos dos indivíduos e que preservem sua autonomia. Não se trata de se criar comunidades isoladas e à margem da sociedade, mas, sim, investir, na trama do tecido social capitalista, em atividades que signifiquem um reordenamento dos interesses sociais, "(...) por exemplo, compensação salarial para grupos de baixa renda, equiparação salarial das mulheres, participação nas conquistas sociais do trabalho parcial ao invés de empregos sem segurança, etc". (KURZ, 1997c:26).

Nesse aspecto, KURZ reconhece a sua proximidade com GORZ e endossa algumas sugestões arroladas por ele.

André Gorz sugeriu algo semelhante para esferas como a educação infantil e o cuidado de idosos, além da produção de alimentos, consertos, atividades culturais etc. A auto-administração e o auto-abastecimento não pautados pela forma-mercadoria seria o princípio diretor. O importante é que tais esferas não excluam as mulheres, sendo antes repartidas entre ambos os sexos. (KURZ, 1997c:26-27)

Essas atividades devem ser orientadas por relações não mercantis nas quais o dinheiro não se interpõe como mediador entre os homens e a consecução de seus interesses. KURZ estabelece, como exemplo, "uma comunidade de compras que elimina as etapas do comércio intermediário". (KURZ, 1997c:26) Nesse aspecto KURZ se distancia de GORZ, pois, neste autor, essas atividades são dependentes do dinheiro e são articuladas com o Estado que as promove através de subvenção.

Um aspecto enfatizado por KURZ é que essas atividades autônomas, além de se distanciarem da regulação do mercado ao não adotarem a mediação monetária, se conjugam a uma crítica contundente "ao sistema totalizado do mercado". (KURZ, 1997c:27).

As pessoas já independentes, com os pés firmes nas atividades comunitárias auto-administradas, podem, então, proceder à crítica social e ecológica da macroestrutura capitalista, com conhecimento de causa. A produção destrutiva do mercado mundial tampouco pode continuar intocada. Entre as atividades autônomas estão as de crítica social e resistência prática.

A discussão sobre os custos ecológicos e sociais do sistema incluem-se aqui, assim como a investigação crítica (ainda primária) das vias de reprodução material, muitas vezes absurdas, exigidas pela lógica da mercadoria. As atividades de reprodução não mais mediadas pelo dinheiro poderiam, assim, ser entretecidas a críticas ecológicas e a outras iniciativas (Terceiro Mundo, anti-racismo) numa nova urdidura crítica do capitalismo. (KURZ, 1997c:27)

A tendência em questão não invalida a contribuição do texto de KURZ, pois, na contramão do discurso contemporâneo, coloca-se na crítica à sociedade do capital, quer sob a égide da acumulação privada da mais-valia ou em sua versão híbrida e protagonizada pelos países do socialismo real (ANTUNES, 1995, 1997; MÉSZÁROS, 1985, 1995, 1997). Essa *démarche*, entretanto, apenas acentua o fatalismo de KURZ ao lidar com a história e tratá-la em uma perspectiva escatológica. No melhor dos casos, a expectativa que se desenha é de teor romântico, sem fundamentação no cenário que se apresenta no enfrentamento ao capital. Ou, como nos diz ANTUNES, KURZ “não vê uma saída emancipadora impulsionada pelas forças do trabalho”. (1995:114)

O *Manifesto contra o trabalho* trilha um caminho que se aproxima do livro de KURZ. Há uma identidade entre os dois textos advinda do fato de KURZ ser um dos integrantes do grupo Krisis.<sup>6</sup>

Entretanto, no manifesto, por seu caráter propositivo desencadeado pela necessidade editorial da manifestação e pelo distanciamento dos fatos históricos da queda do muro de Berlim, perde-se, de um lado, a contundente crítica às sociedades do leste e, de outro lado, a crítica elaborada contra o capitalismo dos países centrais desloca-se de uma perspectiva analítica para

---

<sup>6</sup> Em viagem recente ao Brasil, para o lançamento do seu manifesto, alguns integrantes do grupo vieram proferir palestras e visitar os movimentos sociais brasileiros, como também os sertões de Guimarães Rosa. Os que aqui estiveram foram entrevistados pelo jornal *Folha de S. Paulo* que, em anexo, publicou uma pequena bibliografia aqui transcrita: “Anselm Jappe, 37 anos, autor de um livro sobre o pensador Guy Debord a ser publicado no mês que vem no Brasil, mora há 17 anos fora da Alemanha, entre Roma e Paris, ganha a vida como tradutor e define-se como ‘pensador livre’. Andreas Kühne, 37 anos, mora em Hamburgo, onde estuda filosofia e história e trabalha no Memorial dos Campos de Concentração. Christine Achinger, 32 anos, mora em Hamburgo, norte da Alemanha, onde é estudante de filosofia e trabalha no Memorial dos Campos de Concentração. Achim Bellgart, 27 anos, formado em engenharia, atualmente desempregado, mora em Bremen, norte da Alemanha, onde realiza um estudo comparativo sobre religiões contemporâneas. Ernest Lohoff, 39 anos, líder informal do grupo que veio ao Brasil, é o único que está no Krisis desde sua fundação, em 1983. Publicou em 1996 o livro *A Terceira Via para a Guerra Civil: a Iugoslávia e o Fim da Modernização Retardatária*. Como Robert Kurz, mora em Nuremberg e se diz um ‘escritor livre’”. (SILVA, 1999: 1) (Grifos nossos)

uma descrição do estado de coisas em que se encontra o mundo contemporâneo. Outro aspecto relevante e que explica o redirecionamento analítico do texto é que a crítica ao mundo do trabalho se deixa contaminar por uma invariância entre trabalho abstrato e trabalho concreto. ANTUNES já apontara que, nesse sentido, o texto de KURZ indica a crise do trabalho abstrato e chega a afirmar, com os reconhecidos limites, a importância do trabalho concreto.

Por um lado, o texto do manifesto refere-se à polaridade trabalho vivo e trabalho morto. O texto é iniciado com uma incisiva afirmação a respeito de um cadáver que domina o mundo: o defunto do trabalho. O manifesto afirma que o trabalho vivo encontra-se morto, enquanto o trabalho morto ocupa o lugar dos vivos, pois explicita que a compra e venda da força de trabalho encontram-se fadadas à extinção no século XXI.

Pois, a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto. A produção de riqueza desvincula-se cada vez mais, na seqüência da revolução microeletrônica, do uso de força de trabalho humano – numa escala que há poucas décadas só poderia ser imaginada como ficção científica. Ninguém poderá afirmar seriamente que este processo pode ser freado ou, até mesmo, invertido. A venda da mercadoria “força de trabalho” será no século XXI tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século XX. Quem, nesta sociedade, não consegue vender sua força de trabalho é considerado “supérfluo” e está sendo jogado no aterro sanitário social. (GRUPO KRISIS, 1999:1)

O manifesto faz menção à crise do trabalho abstrato engendrada no mercado desregulamentado e hiper-produtor de mercadorias, bem como às conseqüências advindas das políticas neoliberais na criação de um *apartheid* social promovido e mantido pelos antigos Estados do Bem-Estar Social. Apresenta, portanto, crítica à onda neoliberal e à intensificação do desemprego.

Por outro lado, essas políticas neoliberais, assim como a ação dos sindicatos e outros agentes na defesa do trabalho, se atêm, em seu cerne, ao defunto e buscam torná-lo redivivo. Criam, dessa forma, uma mística e o trabalho é deificado em torno de uma religião que une os distintos atores sociais.

Para o GRUPO KRISIS, os sindicatos e os partidos de esquerda calcificam essa *démarche*. Corroboram o caráter religioso do trabalho e o incensam ao enfatizarem a polaridade capital *versus* trabalho.

A esquerda política sempre adorou entusiasticamente o trabalho. Ela não só elevou o trabalho à essência do homem, mas também mistificou-o como pretensão contra-princípio do capital. O escândalo não era o trabalho, mas apenas a sua exploração pelo capital. Por isso, o programa de todos os “partidos de trabalhadores” foi sempre “libertar o trabalho” e não “libertar do trabalho”. A oposição social entre capital e trabalho é apenas uma oposição de interesses diferenciados (é verdade que de poderes muito diferenciados) *internamente* ao fim em si mesmo capitalista. A luta de classes era a forma de execução desses interesses antagônicos no seio do fundamento social comum do sistema produtor de mercadorias. Ela pertencia à dinâmica interna da valorização do capital. Se se tratava de luta por salários, por direitos, por condições de trabalho ou por postos de trabalho: o pressuposto cego continuava sempre sendo a Roda-Viva dominante com seus princípios irracionais. (GRUPO KRISIS: 1999,7)

Dessa forma, historicamente, a sociedade do capital erige e incorpora a sociedade do trabalho na perspectiva de adestrar os trabalhadores e mantê-los presos no interior da lógica de produção de mercadorias, nas necessidades do mercado e do lucro. A luta histórica dos trabalhadores, de clara inspiração marxiana, se vê destituída do caráter emancipador do mundo do trabalho. Ao contrário, é partícipe e coadjuvante na manutenção da ordem do capital.

Prosseguindo, o GRUPO KRISIS, a partir da crise do emprego e do trabalho assalariado, invalida a tese de que o trabalho concreto seja forma basilar da existência do homem e do intercâmbio do homem com a natureza – tese muito importante para Marx.

Também a afirmação de que o trabalho seria uma necessidade eterna, imposta ao homem pela natureza, tornou-se, na crise da sociedade do trabalho, ridícula. Há séculos está sendo rezado que o deus-trabalho precisaria ser adorado porque as necessidades não poderiam ser satisfeitas por si próprias, isto é, sem o suor da contribuição humana. E o fim de todo este empreendimento de trabalho seria a satisfação de necessidades. Se isto fosse verdade, a crítica ao trabalho teria tanto sentido quanto a crítica da lei da gravidade. Pois, como uma “lei natural” efetivamente real pode entrar em crise ou desaparecer? Os oradores do campo de trabalho social – da *socialité* engolidora de caviar, neoliberal e maníaca por eficiência até o sindicalista barriga-de-chope – entram, com a sua pseudo-natureza do trabalho, em dificuldade de argumentação. Afinal, como eles querem nos explicar que hoje três quartos da humanidade estejam afundando no estado de

calamidade e miséria somente porque o sistema social de trabalho não precisa mais de seu trabalho? (GRUPO KRISIS, 1999:5)

O trabalho, segundo o manifesto, ao ser pleiteado como essência do homem, torna os próprios homens assujeitados ao trabalho e a como ele se realiza: coisificado, reificado, estranhado, sob o domínio do mercado e de sua lógica, não cabendo possibilidade de emancipação a não ser que se emancipe não apenas *no* trabalho, mas *do* trabalho.

O texto afirma, ainda, que a história do trabalho é a história da usurpação da liberdade, do domínio patriarcal contra a livre manifestação. Do Estado absolutista à sociedade contemporânea confirma-se a desrealização da liberdade e a criação de um estado de forças que impõe o trabalho e priva o homem. As revoluções burguesas e a criação do Estado do Bem-Estar Social nas democracias ocidentais não possuem, nesse contexto, nenhum laço com a emancipação.

A democracia da sociedade do trabalho é o sistema de dominação mais perverso da história – é um sistema de auto-opressão. Por isso, esta democracia nunca organiza a livre autodeterminação dos membros da sociedade sobre os recursos coletivos, mas sempre apenas a forma jurídica das mônadas de trabalho socialmente separadas entre si, que levam, na concorrência, sua pele ao mercado de trabalho. Democracia é o oposto de liberdade. É assim, os seres humanos de trabalhos democráticos dividem-se, necessariamente, em administradores e administrados, empresários e empreendidos, elites funcionais e material humano. Os partidos políticos, em particular os partidos de trabalhadores, refletem fielmente essa relação na sua própria estrutura. Condutor e conduzidos, *VIPs* e o povão, militantes e simpatizantes apontam para uma relação que não tem mais nada a ver com um debate aberto e tomadas de decisão. É parte integral desta lógica sistêmica que as próprias elites só possam ser funcionárias dependentes do deus-trabalho e de suas orientações cegas. (GRUPO KRISIS, 1999:13)

A luta de classes, os partidos políticos, a política, os sindicatos, a democracia, tudo se vê eclipsado enquanto mecanismos de embate da classe trabalhadora contra o capital. As novas tecnologias aprofundam o controle já previsto pelo taylorismo-fordismo e submetem o mundo a um controle tirano do capital, que se regozija com o fim do deus-trabalho e com a sobrevida dada ao trabalho pela especulação internacional.

A ruptura só se torna possível quando se rompe com o trabalho e se cria uma “contra-esfera pública” que aglutine todos em um movimento social contra o trabalho. Parafraseando o *Manifesto do Partido Comunista*, o

*Manifesto contra o trabalho* propõe o assalto aos meios de produção por todos os indivíduos dispostos a livremente se associarem, como inimigos do trabalho, na busca de uma crítica negativa à sociedade do capital. Faz parte desses princípios a luta contra a monopolização dos recursos sociais, quer pelo mercado ou pelo Estado, a ocupação dos espaços sociais de emancipação, como também, o fim da propriedade privada e da propriedade estatal.

Trata-se da ruptura com uma falsa normatividade objetivada de uma “segunda natureza”, portanto não da repetição de uma execução quase automática, mas de uma conscientização negadora – recusa e rebelião sem qualquer “lei da história” como apoio. O ponto de partida não pode ser algum novo princípio abstrato geral, mas apenas o nojo perante a própria existência enquanto sujeito do trabalho e da concorrência, e a rejeição categórica do dever de continuar “funcionando” num nível cada vez mais miserável. (GRUPO KRISIS, 1999:23).

Essa recusa negativa dos valores ensejados pelo capital se acerca de uma virulenta ação contra os determinantes sociais do mercado capitalista, mesmo em sua vertente posta em ação pelo socialismo real. A crítica infirma, por ensinar uma ação impiedosa e espontânea da negatividade, a sociabilidade do capital, mas o faz de forma negativa por não apresentar os veios históricos que afirmariam, positivamente, a consecução de uma sociabilidade do trabalho para além do capital.

Não havendo positividade no trabalho, os trabalhadores se vêem alçados, ou seria melhor rebaixados, a uma diluição de seu *status* de sujeitos históricos da transformação social e de sua emancipação. Mesmo que ampliássemos o pertencimento ao mundo do trabalho, seguindo o raciocínio de ANTUNES (1995), com os distintos matizes que o trabalho adquiriu nos últimos anos, ainda assim, a classe-que-vive-do-trabalho não ocuparia a centralidade constitutiva do projeto emancipatório. A sua ação estaria circunscrita à descaracterizada participação no denominado “inimigos do trabalho”.

A classe trabalhadora se vê diluída nesse conjunto de “indivíduos livremente associados” que formariam conselhos que se articulariam em uma rede e, “por uma ação social consciente”, conduziriam à criação de uma sociedade emancipada do trabalho. Não mais existiria o dinheiro, nem fronteiras nacionais. A produção de mercadorias seria abolida e, em seu lugar, o uso sensato e auto-gerido dos recursos. Ou seja, o trabalho não mais estaria presente nessa sociedade do futuro auto-regulada.

Esse “socialismo” sem trabalho contrapõe-se ao núcleo da concepção marxiana da sociedade emancipada do trabalho alienado. Para os componentes do GRUPO KRISIS, a liberdade brotaria cristalina e todas as necessidades seriam abolidas bastando que os homens, convencidos pela premência de não capitularem ante o deus-trabalho, constituíssem uma contra-sociedade: sem política, sem partido, sem ideologias, sem Estado, sem história – nada tão anti-marxiano.

Basta uma citação de Marx para desbaratar esse engodo:

“A riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não depende, portanto, da duração do mais-trabalho, mas de sua produtividade e das condições mais ou menos ricas de produção em que ela transcorre. O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim como também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com o seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas ao mesmo tempo ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega, que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental.” (MARX, 1986:273)

Essa citação, apesar de bastante conhecida, é muito elucidativa sobre a sociedade do trabalho emancipado. É uma das poucas passagens em que Marx indica alguns delineamentos acerca da composição dessa sociedade. Podemos perceber que Marx chama a atenção para o fato de que a riqueza da sociedade não se atrela à extração de mais-valia, mas se relaciona com a possibilidade de expansão dos processos de produção e de sua produtividade. Acena com a possibilidade de que haja uma sociedade extremamente rica sem a exploração do homem pelo homem, mas é a partir do desenvolvimento dos meios de produção que há condições objetivas para que isso se dê. Ou seja, a partir de uma nova base tecnológica que determine

um outro uso e uma outra organização do mundo do trabalho, é possível criar uma outra ordem societária para além do capital.

Mesmo com essa possibilidade, entretanto, MARX afirma que o reino da liberdade transcende esse domínio e o exige como plataforma sobre a qual o homem se emancipa. Preso ao âmbito da necessidade e das determinações dos padrões em que se efetiva a produção material, ainda não se instala o reino da liberdade.

Historicamente, desde o selvagem até o homem civilizado, independente da organização dada como resposta às questões da sobrevivência, os homens se vêem enredados pelas necessidades. Essas necessidades se complexificam e, concomitantemente às respostas dadas, tornam-se também mais elaboradas. Portanto, haverá potencialmente um maior grau de liberdade na medida em que se complexificam os processos produtivos. Mas o reino da liberdade exige que “os produtores associados regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, trazendo-o para seu controle comunitário”.

Qualquer semelhança com o *Manifesto contra o trabalho* se desfaz após uma análise mais rigorosa. Em Marx, o processo de emancipação e inauguração se funda sobre o trabalho e sobre os que trabalham, que são aqui denominados de “produtores associados”. Não são assalariados, empregados ou proletários. Mas, apagados todos os resquícios do capital, são, em-si, produtores que se associam e comunitariamente controlam a produção na busca de diminuição da fadiga, do esforço e, como lembra o autor, tendo a redução da jornada de trabalho como condição fundamental. A redução da jornada de trabalho decorrente das alterações facultadas pelo desenvolvimento tecnológico, por exemplo, não abole a existência do trabalho como atividade que responde pela sobrevivência da espécie humana.

Marx não foi um visionário. Previra, a partir das tendências da sociedade capitalista inglesa, alguns desdobramentos posteriores. Mas afirma que a centralidade do trabalho se expressa na manutenção da existência de jornadas de trabalho e, ainda, na mediação necessária entre homem e natureza. Não haverá uma sociedade sem trabalho, pois o trabalho é condição inelutável da espécie humana e atividade modeladora da cultura humana. É através do trabalho que o homem faz recuar as barreiras naturais e ampliar o espaço do eminentemente humano que se expressa no rico acervo elaborado em sua sociabilidade.

Mesmo considerando as experiências concretas e as transformações sociais ocorridas após a Segunda Guerra, o trabalho ainda é uma atividade necessária. Como também é necessário se pensar uma sociedade que, erigida pelos que vivem do trabalho, ultrapasse os marcos do capital e materialize relações sociais emancipadas do trabalho alienado.

ANTUNES (1995), após esquadriñar a heterogeneidade do trabalho e as transformações advindas com a introdução da robótica e da microeletrônica, reafirma, a partir de estudos empíricos elaborados em uma única fábrica, a manutenção do trabalho e de jornadas de trabalhadores no interior do processo produtivo. Portanto, é cedo para falarmos de fim do trabalho e do fim de sua via emancipatória.

Intenção teórica e prática de perceber no mundo do trabalho as novas conformações que regulam a força de trabalho e de manter atual as proposituras marxianas de ultrapassagem dessa mesma realidade. Não apenas, como diria MARX, utilizando-se da arma propiciada pela crítica teórica, mas também da crítica propiciada pelo uso adequado das armas disponibilizadas por um ação efetiva sobre o mundo. (MARX, 1989)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual do Campinas, 1995. 155 p.
- ANTUNES, Ricardo. Aonde vai o mundo do trabalho. In.: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.) *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997. P. 61 - 72.
- GRUPO KRISIS, *Manifesto contra o trabalho*. Trad. Heinz Dieter Heidemann e Cláudio Roberto Duarte, 1999. 27p. (Original alemão) (mimeo).
- HUSSON, Michel. *Miséria do Capital: uma crítica do neoliberalismo*. Trad. Ana Barradas. Lisboa: Terramar, 1996. 250p. (Original Francês).
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244p. (Original alemão).
- KURZ, Robert. O manifesto invisível. In.: *Folha de São Paulo*. Trad. José Marcos de Macedo. São Paulo, p. 3, primeiro de fev. de 1998.
- KURZ, Robert. O último buraco negro. In.: *Folha de São Paulo*. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo, p. 5, 14 de dez. de 1997a.
- KURZ, Robert. O desfecho do masoquismo histórico. In.: *Folha de São Paulo*. Trad. José Marcos de Macedo. São Paulo, p. 3, 20 de jul. de 1997b.

- KURZ, Robert. Existe vida após a economia de mercado? Reflexões sobre a transformação do sistema produtor de mercadorias. In. *Práxis*. Trad. José Marcos Macedo. V.4 dez. de 1997c. P. 21 29.
- MADUREIRA, Francisco. 90% da internet vai falir, diz sociólogo: entrevista com Robert Kurz. *Folha de São Paulo*, 8 11, p. 3, c. 7, 2000.
- MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In.: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições Setenta, 1989. P. 77 93. (Coleção textos filosóficos, 22). (Versão em inglês. Original alemão).
- MARX, Karl. *O capital* : crítica da economia política. Trad. Régis Barbosa e Flávio Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, volume III, Livro Terceiro, Tomo 2 (parte Segunda), 1986. 336 p. (Os economistas, vol. V). (Original alemão).
- OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In.: *Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"* Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 13 41 p.
- PADILHA, Valquíria. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea Editora, 2000. 111p.
- SILVA, Fernando de Barros. Krisis chega ao Brasil: grupo alemão de pensadores radicais de esquerda, ao qual pertence, Robert Kurz, vem conhecer o 'país profundo' e lançar o 'Manifesto contra o Trabalho'. *Folha de São Paulo*, 27 07, p. 1, c. 4. (1999)